

[cronología maio-agosto 2004]

MAIO

- SÁBADO 01** Início de uma série de manifestações denominada do “Maio Verde”, em contraposição ao “Abril Vermelho” promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando foram realizadas 109 ocupações de terra, o maior número já computado num único mês, como forma de pressionar o governo com as metas da reforma agrária. O “Maio Verde” será realizado por dois movimentos distintos: pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), que realizará protestos no Pontal do Paranapanema-São Paulo (região sudeste), em resposta ao “Abril Vermelho” do MST, do qual é dissidente; e pelos produtores rurais do Rio Grande do Sul (região sul), que têm por objetivo sensibilizar a população sobre a importância do “agronegócio”, além de tentar evitar novas ocupações.
- 4ª FEIRA 05** Chegou a 15 o número de ocupações em Pernambuco (região nordeste) realizadas por trabalhadores ligados à Organização da Luta no Campo (OLC) desde o início de abril. Essas ações fazem parte da jornada “Terra, Vida e Liberdade, que visa pressionar por mais rapidez a execução da reforma agrária no Estado. Até o final de maio, a OLC pretende chegar a 40 ocupações, mobilizando 4 mil famílias.
- 6ª FEIRA 07** A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foi ocupada por índios contrários à homologação de uma reserva indígena em Boa Vista-Roraima e um funcionário foi mantido como refém. Se o governo federal homologar a área de 1,69 milhão de hectares como terra indígena contínua, descontentará grupos como o destes índios, que estão inseridos nos negócios da agricultura dos “brancos” da região. Se optar pela homologação excluindo estradas e plantações, o governo descontentará entidades como a FUNAI e o Conselho Indígena de Roraima (CIR).
- 4ª FEIRA 12** No Dia Nacional da Luta por Moradia, Sem-Tetos realizaram passeatas e ocupações em vários estados do país. No Recife-Pernambuco, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) faz 4 ocupações, entre elas a de uma agência da Caixa Econômica Federal. De acordo com um dos líderes do movimento, o objetivo foi pressionar o governo para a criação do Fundo Nacional de Habitação.

5ª FEIRA 13 Paralisação de funcionários rodoviários em 25 cidades do estado do Rio de Janeiro (região sudeste). Aproximadamente 700 mil pessoas ficaram sem transporte e 54 ônibus foram danificados. Segundo o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Rio de Janeiro (SETRERJ), as empresas tiveram um prejuízo de 1,8 milhões de reais afetando 242 linhas. Os cerca de 40 mil rodoviários reivindicam reajuste salarial de 11,42%, além de benefícios como cesta básica de Reais 33 e ajuda para a compra de uniformes. O presidente do sindicato dos rodoviários do Rio afirmou, que se na próxima assembléia marcada para o próximo dia 19 nada se resolver, se iniciará uma greve por tempo indeterminado.

Fim da greve dos agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal iniciada em 09 de março. A categoria voltou ao trabalho sem ter suas propostas atendidas e ainda na esperança de voltar a negociar com o governo. Eles querem equiparação salarial com os servidores de nível superior, o que corresponderia a um reajuste de 85%. Segundo a Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAFEP), os 8 mil policiais federais voltaram ao serviço, mas garante que se o governo não atender as reivindicações da categoria, poderá haver nova greve.

6ª FEIRA 14 Em greve desde o dia 20 de abril, funcionários do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) continuam paralisados reivindicando aumento salarial de 50,19%, incorporação das gratificações, criação de uma data-base e reestruturação do plano de carreira. Com a greve houve uma queda de 37,5% no número de pedidos de benefícios da Previdência Social.

3ª FEIRA 18 Cerca de 3 mil integrantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) montaram acampamento na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para pressionar o governo a acelerar o ritmo da reforma agrária. A manifestação faz parte do chamado Grito da Terra, ocorrido anualmente. Os trabalhadores pretendem cobrar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a liberação de 1,7 bilhões de reais, prometido por ele como complemento ao orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário em março do ano passado.

3ª FEIRA 25 Cerca de 500 Sem Teto entraram em confronto com a Polícia Militar (PM) que cumpria ordem judicial de desocupação de um terreno pertencente a uma empresa americana ocupado no último dia 15 em Osasco, região metropolitana de São Paulo. A PM utilizou bombas de gás lacrimogêneo e disparou balas de borracha deixando 3 pessoas feridas.

5ª FEIRA 27 Início da greve dos professores e funcionários das 3 universidades estaduais paulistas –Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)– que reivindicam reajuste salarial de 16%, e para viabilizá-lo, pleiteiam o aumento de 9,57%

para 11,6% do repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na USP, os grevistas bloquearam com piquetes a entrada da reitoria. O governador Geraldo Alckmin do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) anunciou que não aumentará o repasse para as universidades, por ter que retirar parte da verba destinada para os ensinos fundamental e médio. O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) afirmou que não há possibilidade de nenhum reajuste. Segundo o reitor da USP, Adolpho Melfi, há espaço para o reajuste já que a arrecadação de ICMS aumentou.

SÁBADO 29 Fim da rebelião que durou 62 horas em uma Casa de Custódia no subúrbio da capital do Rio de Janeiro, que começou após a fuga de 14 presos. Cerca de 900 detentos criticavam a decisão da Secretaria de Administração Penitenciária de unir presos de 4 facções criminosas rivais. Esta foi a segunda maior rebelião ocorrida no Rio, que terminou com 30 detentos mortos por facções rivais e 14 feridos; 21 agentes penitenciários foram feitos de reféns e um deles foi morto. Cerca de 500 parentes dos presos e dos reféns fizeram vigília na porta do presídio durante a rebelião e houve protesto e confronto com a PM quando alguns detentos mortos foram levados da Casa de Custódia sem serem identificados, e também quando os presos começaram a protestar por estarem sem alimentação e água.

JUNHO

DOMINGO 06 Terminou a paralisação de 2 dias das Polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e agentes penitenciários de Minas Gerais, que reivindicavam um reajuste salarial de 54%. O governo do estado garantiu um percentual de 6%, que a princípio não foi aceito pelas categorias, que foram obrigadas a retornar ao trabalho após uma liminar judicial que considerou a greve ilegal e determinou a cobrança de multa diária de 100 mil reais caso a greve continuasse.

3ª FEIRA 08 Policiais civis dos estados de Alagoas (região nordeste) iniciaram uma paralisação reivindicando reajuste salarial de 75% pelo aumento de 10 horas na carga horária semanal e reposição salarial referente ao ano de 2003. No Piauí, policiais civis e militares também iniciaram paralisações. A Polícia Civil reivindica um reajuste salarial de 40% e a PM exige um abono salarial de 130 reais e o 13º salário referente a 2003. A Procuradoria Geral do Estado conseguiu uma liminar que impediu que a greve da PM continuasse, sob pena de multa diária à categoria e prisão dos grevistas, que tiveram de suspender a paralisação, continuando em greve apenas a Polícia Civil.

DOMINGO 13 Realizada na capital de São Paulo a 8ª edição da Parada Gay da cidade, tendo sido a maior do mundo até então, com a participação de aproximadamente

1,5 milhão de pessoas. A prefeita Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT) participou do evento, que denunciou a violência contra os homossexuais e levantou bandeiras como a legalidade civil no casamento.

- 2ª FEIRA 14** Manifestantes ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao MST e a movimentos sociais protestaram contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) em frente ao local em que acontece a XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em São Paulo. Os organizadores calcularam que 1.500 pessoas participaram da manifestação, e a PM calculou 500 pessoas.
- 3ª FEIRA 15** Deputados e senadores que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra no Congresso aprovaram a quebra dos sigilos fiscal e bancário das 2 principais entidades ligadas ao MST, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que recebem dinheiro de doações e convênios e que foram acusados pela bancada ruralista do Congresso de desviar 6 milhões de reais de recursos públicos repassados à entidade para financiar ocupações de terra em 2003 e 2004. Parlamentares da bancada ruralista conseguiram impedir a aprovação de requerimentos que pediam uma operação semelhante na União Democrática Ruralista (UDR) e na Confederação de Agricultura e Pecuária no Brasil, tendo sido aprovada a quebra dos sigilos apenas no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que também é uma entidade ligadas aos ruralistas.
- 4ª FEIRA 16** Manifestantes organizados no Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) protestaram em frente à sede do governo federal em Brasília contra as reformas sindical e trabalhista. A PM calculou em 5 mil e os organizadores em 15 mil o número de manifestantes.
- 4ª FEIRA 23** O governo aprovou na Câmara dos Deputados o reajuste do salário mínimo para 260 reais (em vigor através de uma Medida Provisória desde 1º de maio), derrubando o valor de 275 reais que havia sido aprovado no Senado no dia 17 deste mês. A oposição –Partido da Frente Liberal (PFL) e PSDB– conseguiu 172 votos e tiveram 4 abstenções, mas 272 deputados votaram com a proposta do governo, que representa uma estimativa de apenas 1,2% de aumento real. A CUT não se posicionou a respeito.

JULHO

- 5ª FEIRA 01** PMs foram acusados de tortura nas delegacias do Rio de Janeiro, sendo este o 32º caso deste tipo registrado na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) somente este ano. Os PMs acusados negaram a denúncia,

mas o detento que denunciou foi encaminhado para o serviço de corpo delito, que pode comprovar a veracidade do fato.

- 2ª FEIRA 05** O governo federal apresentou um documento em que afirma que terá dificuldades em cumprir a meta de assentar 115 mil famílias este ano, como prevê o Plano Nacional de Reforma Agrária. Nos cinco primeiros meses deste ano, foram assentadas 29.900 famílias. A meta de 2003 de 60 mil famílias também não foi cumprida, tendo sido assentadas 36.600 famílias.

Trezentos integrantes do MST de 15 acampamentos de Mato Grosso fazem vigília no pátio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Cuiabá, com o intuito de agilizar o assentamento de famílias no estado. O acampamento deve permanecer até o fim do ano ou até a conclusão das vistorias de terras em processo de desapropriação. Segundo dados da Via Campesina –organização que reúne no estado os movimentos MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)– nenhuma família foi assentada em Mato Grosso nos anos de 2003 e 2004. Atualmente existem 7.230 famílias acampadas no estado.

- 5ª FEIRA 08** Aprovado em 1º turno pela Câmara dos Deputados com 375 votos a favor, 5 contra e uma abstenção, um novo texto para a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência, alterando os principais pontos da proposta criada pelo Senado no final de 2003. A PEC ainda precisa ser votada em 2º turno na Câmara e voltar para o Senado para votação em mais 2 turnos.

O presidente do Supremo Tribunal Federal concedeu liminares que suspendem a quebra dos sigilos fiscal e bancário das duas principais entidades ligadas ao MST, aprovada no mês passado. Ele alegou que é vedada a quebra de sigilos tendo como base matérias jornalísticas.

- 3ª FEIRA 13** Ato dos servidores técnico-administrativos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que estão em greve desde 21/06 em frente à sede do governo do estado do Rio de Janeiro para pressionar a governadora Rosinha Matheus do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) a negociar diretamente com a categoria, pois a governadora não recebe representantes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro (SINTUPERJ), e as negociações tem sido intermediadas por parlamentares.

Cerca de 600 estudantes, professores e funcionários das três universidades paulistas que se encontram em greve desde 27/05 acompanharam a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Assembléia Legislativa de São Paulo. O governo conseguiu aprovar a LDO com 49 votos a favor e 34 contra,

o que inviabiliza a discussão de valores alternativos aos 9,57% de repasse de ICMS para as universidades –proposta que vem sendo reivindicada pelos grevistas. Após a votação, parte dos estudantes ocupou o plenário dos deputados.

4ª FEIRA 14 Professores e servidores da rede de ensino estadual de Alagoas iniciaram greve por tempo indeterminado, reivindicando reposição salarial de 35% e a contratação de novos professores. O governo do estado alegou que não poderá dar o reajuste aos servidores. Na Bahia, professores da rede estadual também se encontram em greve há uma semana, e realizaram uma manifestação no centro de Salvador-capital, em que recusavam a proposta do governo de reajuste de 5% a partir de setembro e mais 15% em novembro. A categoria reivindica reajuste de 45,78%, realização de concurso público e a incorporação das gratificações. A paralisação atinge cerca de 90% das escolas baianas.

6ª FEIRA 16 A CUT promoveu manifestações em 22 capitais contra a política econômica do governo federal, intitulado de “Dia Nacional de Mobilizações e Lutas”, que reuniu cerca de 10 mil pessoas em 9 capitais.

O governo federal publicou no Diário Oficial duas Medidas Provisórias que asseguram o pagamento de reajuste salarial do funcionalismo público federal, que variam entre 6,3% a 51% a partir deste mês. A correção vem sendo feita por meio de gratificações por desempenho e não asseguram a paridade entre os ativos e os aposentados, gerando protestos e greves em diversas categorias.

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) está realizando atos de protesto e acampamentos de desempregados em pelo menos 7 estados do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal), nas principais capitais e em diversos municípios do interior do Brasil. Na principal avenida de São Paulo, cerca de 5 mil sindicalistas, trabalhadores sem-terra, sem-teto e estudantes reivindicaram trabalho e exigiam mudanças na política econômica nacional em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e do Banco Central. Os atos fazem parte da campanha da CMS “O Brasil Quer Trabalhar”, que já possui um calendário de mobilizações até dezembro.

3ª FEIRA 20 Completou 50 dias a paralisação dos servidores e médicos do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto –São Paulo– a maior da história da instituição. Contrariando a decisão do comando estadual da categoria, que pretendia suspender o movimento, os funcionários decidiram manter a greve após uma reunião com o governo do estado que acabou sem acordo. O governo anunciou que irá manter o desconto dos dias parados, e ofereceu uma contraproposta de reajuste de 20%, que não foi aceita pelos funcionários, que reivindicam o reajuste de 30%, além da contratação de pessoal e a implementação de um Plano de Cargos e Salários.

AGOSTO

4ª FEIRA 04 Estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ocuparam o prédio da reitoria em protesto contra o programa de reforma universitária do governo federal. Reivindicam também mais verbas para as universidades públicas, mais segurança no campus e a reabertura do restaurante universitário. Sem frequentar as aulas desde o dia 15 de julho, os alunos cobram ainda garantias de que não haverá perda do semestre e que eles não serão reprovados por falta.

DOMINGO 08 Funcionários da empresa Ford, na Bahia, entraram em greve por tempo indeterminado para reivindicar a redução da jornada semanal de trabalho de 44 horas para 36 horas. De acordo com o diretor do sindicato dos metalúrgicos da Bahia, com a redução da jornada, a empresa será obrigada a contratar pelo menos mais 700 funcionários.

5ª FEIRA 12 Organizadas pelo Movimento das Mulheres Camponesas do Brasil (MMC), trabalhadoras rurais de 15 estados realizaram mobilizações. A data marca a resistência da luta das mulheres pela Reforma Agrária. Há 21 anos, em Alagoa Grande-Paraíba, a líder sindical Margarida Maria Alves foi assassinada a mando de fazendeiros por defender os direitos dos trabalhadores rurais e o registro dos cortadores de cana em carteira. O crime continua impune.

3ª FEIRA 17 O Sindicato dos Professores das Universidades Federais (ANDES) não aceitou a proposta salarial do governo que prevê aumento de 10,15% a 34,91% para a categoria, sendo que para 75% dos professores os índices vão ficar entre 15,1% e 19,9% no caso dos ativos, e entre 12,5% e 17,1%, para aposentados e pensionistas. O Sindicato exige paridade entre ativos e inativos. De acordo com o sindicato, 14 das 55 instituições federais de ensino superior já aderiram ao movimento.

SIGLAS

ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
ANCA	Associação Nacional de Cooperação Agrícola
ANDES	Sindicato dos Professores das Universidades Federais
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CRUESP	Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FENAFEP	Federação Nacional dos Policiais Federais
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAST	Movimento dos Agricultores Sem-Terra
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OLC	Organização de Luta no Campo
OMC	Organização Mundial do Comércio
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PLF	Partido da Frente Liberal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SETRERJ	Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário do Rio de Janeiro
SINTUPERJ	Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro
UDR	União Democrática Ruralista
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

Equipe:

Coordenação: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ/LPP-UERJ). Assistentes de Pesquisa: Gleide Banus Barbosa (LPP/UERJ); Mariana Oliveira Setúbal (LPP/UERJ).

Colaboração: PROEALC/CCS/UERJ—Coordenado por: Profa. Dra. Silene de Moraes Freire; Bolsistas: Livânia de Oliveira Conceição e Reginaldo Machado da Costa Júnior.

Fontes: Jornal do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, Jornal O Globo, Jornal O Estado de São Paulo, Jornal Brasil de Fato.

Outras fontes: Imprensa-CUT, Agência de Notícias Carta Maior, Informe Letra Viva-MST, MST na Imprensa, Resenha Federal, Jornal do MST.